

OS IMPASSES DA TRADUÇÃO

CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA

Não mais podemos ver o texto como um agenciamento de um fundo e de uma forma; o texto não é dúplice, mas múltiplo; no texto só há formas, ou, mais exatamente, o texto, em seu conjunto, não é mais do que uma multiplicidade de formas – sem fundo. (BARTHES, 1988, p. 137)

Em termos gerais, costuma-se afirmar que traduzir significa elaborar um discurso, o que resulta, inevitavelmente, na produção de novos significados que vêm transformar um determinado texto. Mas, afinal, o que é um texto? O que distingue um texto de um não-texto? É bem verdade que o texto é ao mesmo tempo a matéria-prima e o produto da tradução. Entretanto, convém lembrar que a delimitação daquilo que chamamos de texto é extremamente variável. Contemporaneamente, qualquer seqüência de palavras pode, eventualmente, ser classificada como um texto. Deste modo, o termo texto pode ser empregado para designar um poema, um romance, uma peça de teatro, uma lista de supermercado, ou até mesmo uma bula de remédio. De um modo bastante simplificado, é possível classificar um texto, em três tipos distintos: texto veicular, literário não-poético e literário poético, cuja manifestação mais representativa é o poema.¹ Cada um desses três tipos de textos possui, efetivamente, um modo particular de significar, devendo, portanto, ser tratado de maneira diferente pelo tradutor e também pelo teórico da tradução.

Com respeito às principais características dos textos chamados veiculares, Mário Laranjeira elucida que:

Textos há em que o significado é o que realmente importa, servindo o significante de mero suporte para veicular as idéias. Nessa categoria se incluem os textos chamados objetivos, científicos, argumentativos, demonstrativos. As qualidades positivas de tais textos ditos veiculares são a univocidade e clareza. Têm compromisso com uma racionalidade objetiva e com o critério de verdade. Eles têm referencialidade exterior a si próprios. É o caso de um teorema de matemática, do enunciado de

¹ Para obter informações detalhadas sobre este tipo de classificação, consultar LARANJEIRA, 1993, p.21-22.

uma lei física, da descrição de um processo cirúrgico etc. A língua neles intervém, repito, como mero suporte para a comunicação de um conceito, de um fato, de um processo. O signo lingüístico, no caso, é totalmente arbitrário e o significado é linear, em busca da univocidade e da clareza.

Esses textos podem perfeitamente ser traduzidos de uma língua para outra. A sua tradutibilidade relativa tende para zero. Os problemas de tradução, quando há, cingem-se à área da terminologia: para eles há sempre solução. (LARANJEIRA, 1993, p. 21)

Porém, os problemas são bem maiores quando o objeto do tradutor é um texto literário, sobretudo quando se trata de um texto literário-poético. É que para traduzir um texto ficcional, obrigatoriamente, o tradutor terá que atentar e se concentrar em um precioso detalhe: o universo da atividade tradutora é, indubitavelmente, multifacetado, e, justamente por isso, bastante complexo. Assim, torna-se relevante destacar que o texto literário-poético é, indiscutivelmente, o tipo de texto mais difícil de ser traduzido. E isso se dá, sobretudo, por uma razão. No caso específico da tradução de um poema, a maior dificuldade não é exatamente manter as idéias fundamentais do autor, mas sim atingir um grau satisfatório de homogeneidade formal entre o texto de partida e o texto de chegada. Para que isso ocorra, é imprescindível romper com o dualismo forma/conteúdo. Notoriamente, tal dualismo dá como um axioma a superioridade do conteúdo, relegando a forma à condição de mal necessário. Todavia, convém lembrar que, em um poema formalmente tradicional, isto é, em um poema de forma fixa, o metro, a rima e a distribuição em estrofes, não são meros acessórios. Pelo contrário, são elementos integrantes da significância, fazem parte da estrutura básica do texto original, e, rigorosamente, devem ser conservados pelo tradutor. Não se pode, pois, conceber o conteúdo como um elemento essencial e a forma como um mero adorno que apenas superficialmente contribui para gerar a significância do poema. Inegavelmente, no texto poético, a forma é geradora de sentidos. Ela é, sem dúvida, parte integrante da significância do texto. Por isso, o tradutor não deve se desobrigar de seguir o esquema rítmico e métrico adotado no texto de partida. É, portanto, dever do tradutor tentar preservar as marcas exteriores do texto original. Em síntese, isso significa que a operação de tradução do poema exige do tradutor um esforço no sentido de tentar reproduzir os elementos visuais, rítmicos e fônicos responsáveis pela identidade textual do original. Nestes termos,

pode-se concluir que a tradução em prosa de um poema é algo completamente inviável, sem nenhum cabimento em nossos dias. Aliás, exemplar, nesse sentido, são as reflexões de Ivo Barroso sobre as traduções em prosa do poema *O Corvo*, de Edgar Allan Poe. A esse respeito, assim se expressa Ivo Barroso:

Desde sua publicação, em 29 de janeiro de 1845, que o primeiro resenhador já chamava a atenção do público americano para os efeitos de aliteração e o jogo de sons em lugares incomuns, dos quais se valia o poeta para criar um clima susceptível de extravasar os sentimentos de perenidade amorosa, de saudade angustiante e cruel fatalismo que constituem os núcleos geradores do pathos, ou da emoção do poema. Daí o malogro das tentativas de traduzi-lo em prosa, como o fizeram Baudelaire e Mallarmé, que – apesar de poetas geniais – se julgavam, no entanto, incapazes de reproduzir, em língua francesa, as cores, os timbres e os ritmos do original. Um dos grandes óbices que ambos enfrentaram foi certamente a expressão-chave “Nothing more/Never more”, em cima da qual se assenta toda a sutil, contudo imponente estrutura do poema. Para tal expressão, a língua francesa não conta senão com os inexpressíveis e desleigos “rien de plus/jamais plus”, que estão longe de reproduzir a sonoridade e o fatalismo do “never more”. (Nesse ponto crucial, os tradutores de língua portuguesa tiveram mais sorte, pois os nossos “Nada mais/Nunca mais”, além de começarem com as mesmas consoantes, têm cadência equivalente, embora lhes falte aquela soturnidade que resulta da oclusão dos “oo”).

Por isso, embora feitas por geniais poetas, empenhados em reverenciar o feito de Poe – que tanta influência iria exercer sobre a literatura francesa através dessas versões –, é forçoso reconhecer que, comparadas ao original, elas nos fazem pensar em ectoplasmas poéticos aos quais faltasse um corpo, uma forma física que lhes desse a voz, o viço e o vulgo da criatura viva: a “essência (ou alma) da narrativa ali está, em requintadíssimas transposições, mas lhe falta a sonoridade da “orquestração” que lhe daria corpo, que completaria a dualidade indissolúvel. (BARROSO, 1998, p. 244)

De nossa parte, cabe-nos apenas registrar que raras vezes uma tradução em prosa de um poema proporciona resultados satisfatórios. Na verdade, quando nos deparamos com esse tipo de tradução, temos freqüentemente uma curiosa sensação de que algo de muito precioso e original foi perdido. Essa é a mesma sensação que temos quando nos

deparamos com um poema traduzido por um tradutor que não é poeta. Por isso, concordamos com o seguinte ponto de vista de Mário Laranjeira:

A produção do poema exige do sujeito sensibilidade, capacidade de percepção, de análise e de síntese, domínio das virtualidades expressivas da língua e, não raro, conhecimento técnico ou retórico, tudo isso a serviço de uma visão *sui generis* da relação cosmos-antropos-logos. Se possuir essas qualidades é ser poeta, diríamos que o tradutor de poemas deve ser, pelo menos potencialmente, poeta. (LARANJEIRA, 1993, p. 37)

Muito embora os comentários acima merecessem ser articulados com uma maior riqueza de detalhes, retomemos imediatamente um raciocínio que é fundamental para o desenvolvimento do presente trabalho. Se por um lado é realmente verdade que o tradutor não deve ignorar a complexidade do universo da atividade tradutória, por outro, e acima de tudo, a consciência desta dificuldade não pode servir para justificar um possível desinteresse pela tradução de textos literários. Em outras palavras: nem o tradutor nem o teórico da tradução devem ficar intimidados diante do temor de não estarem à altura de seu empreendimento.

Assim, a consciência por parte de nossos tradutores da complexidade da operação tradutória não deve, de forma nenhuma, ser capaz de gerar uma atmosfera em que predomine a sensação de impotência. Deve sim, e ao contrário, instaurar uma atmosfera de desafio da qual possam surgir novas reflexões, cujos pressupostos teóricos representem uma contribuição realmente positiva para o progresso de um determinado tipo de teorização que, na contracorrente de uma tradição logocêntrica, concentre-se exclusivamente nos principais problemas da atividade tradutória, isto é, nas principais questões relativas à traduzibilidade², e não apenas acrescente mais lenha à fogueira dos que enxergam o ato de traduzir como uma atividade pouco fecunda.

É evidente a irracionalidade do dualismo ideológico. Todavia, a ideologia de base dualista, que opõe criador e tradutor, conteúdo e forma, continua sendo amplamente admitida e utilizada como um argumento suficiente para justificar a intradutibilidade poética. Ora, cabe aqui

² Refiro-me a questões como ser ou não a poesia intraduzível, ou ser mais ou menos traduzível do que outros tipos de textos.

destacar que os partidários desta idéia visam proclamar a inferioridade da tradução frente ao texto original. Por isso, insistem em não aceitar o ato de traduzir como a escritura de uma leitura do texto de partida. Infelizmente, enquanto for concebido desta maneira, o trabalho do tradutor jamais estará em pé de igualdade com o do autor.

É bem verdade que não se trata de uma tarefa fácil avaliar o trabalho do tradutor. Aliás, em geral, os processos de avaliação do tradutor desconsideram a complexidade do ato de traduzir e justamente por isso não alcançam um nível de objetividade adequado. Torna-se, portanto, imperioso perceber o seguinte: para se analisar o trabalho do tradutor é indispensável considerá-lo como um processo de reformulação da linguagem. Além disso, também é pertinente notar que tal processo será sempre multifacetado. Nestes termos, são insatisfatórias e pouco convincentes as avaliações que hierarquizam os tradutores em função dos tipos de textos que traduzem. É, indiscutivelmente, uma falácia absurda a convicção de que o ato de traduzir seja uma tarefa praticada na maioria das vezes por escritores insignificantes, cuja popularidade ou reconhecimento não é real. Aquele que traduz uma bula de remédio deve se posicionar com a mesma seriedade e gozar da mesma reputação do tradutor de textos literários. Não é justo subestimar as aptidões e qualidades dos tradutores de textos denominados veiculares. Logo, é fundamental advertir sobre o perigo de se conferir peso maior ao tipo de texto traduzido que ao resultado da tradução.

Em resumo, até aqui tentamos sublinhar que a tradução de um texto literário e principalmente de um texto literário-poético oferece, de fato, problemas bem maiores do que a tradução de um texto denominado veicular. Isso ocorre porque no texto literário a relação que se estabelece, no processo de significação, entre significado e significante é bem mais complexa do que aquela que ocorre em um texto veicular. No entanto, tais "problemas", inerentes ao texto literário e, sobretudo, ao texto literário-poético não devem jamais conduzir o tradutor a se tornar adepto de uma certa ideologia que enxerga, por exemplo, a poesia como algo intraduzível. O que até aqui, embora de modo sucinto, tentamos demonstrar, é que a complexidade da poesia não prova a sua intraduzibilidade.

Aliás, em termos rigorosamente literários, traduzível é aquele texto que justifica a sua tradução. Assim sendo, o texto bíblico nos dá o maior exemplo de traduzibilidade, pois quando foi necessário permitiu,

ou melhor, até mesmo exigiu, a criação ou a consolidação de línguas muito importantes, como é o caso do alemão e do inglês moderno. Por isso, o tradutor não deve fugir à sua constante tarefa de tentar traduzir com a máxima abrangência possível. Segundo Walter Benjamin:

Ante o texto é exigida, por parte da tradução, uma confiança tão ilimitada que, abolida a tensão, como ocorre no texto sagrado, linguagem e revelação, assim nessa literalidade e liberdade devem unificar-se sob a forma da versão interlinear. Pois todos os grandes escritores, em qualquer grau, e a sagrada Escritura em grau máximo, contêm nas entrelinhas sua tradução virtual. A versão interlinear do texto sagrado é o arquétipo ou o ideal de toda tradução. (BENJAMIN, 1994, p. 32)

Entretanto, o tradutor só conseguirá traduzir com o máximo de abrangência possível, se for verdadeiramente capaz de estabelecer uma crítica radical a uma certa tradição logocêntrica. Ou seja, a uma determinada tradição que promove o culto ao logos. É necessário que o tradutor parta, portanto, do pressuposto de que todo sujeito mantém com qualquer objeto uma relação obrigatoriamente determinada por algumas circunstâncias de caráter histórico, pois cada época tem o seu quadro de referência. Ou, em outros termos: é o contexto, a partir de suas normas estéticas vigentes, que fornece uma representação mais objetiva do objeto. Evidentemente, é ele que determina as fronteiras do que pode vir a ser considerado como texto. Logo, classificar um texto como literário (ou não) dependerá sempre do contexto, dos valores, das visões de mundo vigentes. Vê-se, portanto, que levar em consideração o fato de que toda época tem suas convenções, é fundamental para que o tradutor consiga redimensionar as concepções de significado e de texto e, por consequência, as relações que se podem firmar entre original e tradução.

Na atualidade, o uso da palavra tradução se generalizou de tal modo que à primeira vista o significado corrente parece de fato dispensar maiores explicações: ato de transferir a significância, isto é, o sentido de um texto A para um texto B. No entanto, convém destacar que o termo tradução comporta pelo menos duas perspectivas principais para a sua caracterização. A primeira delas limita-se a valorizar a denotação e cai, com muita frequência, na perigosa armadilha da chamada tradução literal. Sob esta ótica reducionista, o ato de traduzir é compreendido como uma simples translação de estruturas semântico-sintéticas. Assim, acredita-se na falsa idéia de que o sentido de um texto pode facilmente

ser encontrado em termos isolados e não em combinações de palavras. Inversamente, a segunda perspectiva opta por uma definição de caráter bem mais complexo. A tradução é vista, então, como a reescrita do texto original e o tradutor como um sujeito que tem a sua própria história individual e social. Acreditamos que a representação mais notória dessa perspectiva encontra-se nos adeptos da tradução não-literária. Em última análise, é possível afirmar que o tradutor não-literário tende a se posicionar mais ao lado do leitor do que do autor. Isto ocorre porque, ao contrário do tradutor literal, ele não se preocupa em converter palavras do texto original em equivalentes ilusórios, facilmente disponíveis em diferentes dicionários da língua-alvo. Afastando-se da literalidade e da denotação, o tradutor não-literário defende, portanto, a necessidade de priorizar os valores conotativos e culturais, como também o contexto e a recepção. A propósito, convém lembrar que, em sua forma extrema, a tradução não-literária pode perfeitamente ser chamada de tradução cultural. Todavia, tal denominação só será pertinente se porventura o processo tradutório comportar um centro de interesse específico: encontrar elementos lexicais culturalmente equivalentes, ao invés de apenas significados equivalentes.

Não obstante o seu significativo apelo no sentido de eliminar as tensões entre autor e tradutor, texto original e texto traduzido, língua-cultura de partida e língua-cultura de chegada, a tradução literal nos parece pouco satisfatória, uma vez que, em nome da fidelidade, isto é, do princípio de equivalência, acaba no fundo mitificando a figura do autor e atribuindo ao texto original predicativos de intocabilidade e perfeição. Contrastando com essa tendência normativa e dogmática, a tradução não-literária tende a se beneficiar do deslocamento lingüístico e cultural inerte ao processo tradutório. O resultado disso é que, as relações que se estabelecem entre texto-fonte e texto-alvo acabam sendo delineadas mediante um conceito dinâmico e dialético de fidelidade.

Vejamos, então, como já no século passado algumas reflexões de Nietzsche sobre a natureza e o poder da linguagem abriam caminho para a desmistificação da idéia de verdade universal:

As diferentes línguas, colocadas lado a lado, mostram que nas palavras nunca importa a verdade, nunca uma expressão adequada: pois senão não haveria tantas línguas. A "coisa em si" (tal qual seria justamente a verdade pura sem conseqüências) é, também para o formador

da linguagem, inteiramente incaptável e nem sequer algo que vale a pena. Ele designa apenas as relações das coisas aos homens e toma em auxílio para exprimi-las as mais audaciosas metáforas. (NIETZSCHE, 1993, p. 55)

E depois concluindo:

Acreditamos saber algo das coisas mesmas, se falamos de árvores, cores, neve e flores, e no entanto não possuímos nada mais do que metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades de origem. Assim como o som convertido em figura na arca assim se comporta o enigmático X da coisa em si, uma vez como estímulo nervoso, em seguida como imagem, enfim como som. Em todo caso, portanto, não é logicamente que ocorre a gênese da linguagem, e o material inteiro, no qual e com o qual mais tarde o homem de verdade, o pesquisador, o filósofo, trabalha e constrói, provém, se não de Cuculândia das Nuvens, em todo caso da essência das coisas. (NIETZSCHE, 1993, p. 55-56)

As reflexões de Nietzsche nos levam a crer que não há um nível de conhecimento que possa ser realmente anterior à linguagem. Daí se infere que “não há um original”, visto que não existe na origem das manifestações lingüísticas um determinado significado presente e sempre à espera de um veículo significativo que o transporte na direção de um emissor adequado.

Ora, as reflexões de Nietzsche nos possibilitam perceber que no âmago de todo e qualquer intercâmbio ou projeto humano predomina, de certo modo, sempre um desencontro entre significado e significante.

Então, se é realmente verdade que sempre existem ganhos e perdas quando se traduz um texto de uma língua para outra, é igualmente verdade que isso não é exclusividade da operação tradutória, pois ocorre em qualquer processo de leitura e em qualquer operação lingüística dentro dos limites de uma mesma língua. É notório que quanto menor a correspondência entre os componentes de um dado elemento do original e os componentes de sua contraparte na tradução, obrigatoriamente maior terá sido a perda. Todavia, até que ponto é possível para o tradutor atingir o grau máximo de correspondência? Em alguns casos, é realmente impossível estabelecer uma correspondência de primeiro nível, isto é, capaz de recriar, utilizando os efeitos da língua-meta, a maioria dos efeitos semânticos, sintáticos, fonéticos e rítmicos do original. Assim,

quando não houver na língua-meta elementos correspondentes aos itens trabalhados no original, a exigência de correspondência deverá ser necessariamente menor.

Portanto, ao invés de se submeter às regras impostas por uma tradição logocêntrica, ao invés de tentar determinar a origem do significado ou as “verdadeiras” intenções do autor do texto original, o tradutor deve procurar, sobretudo, enxergar a atividade tradutora como uma leitura privilegiada do texto original, onde prevalece sempre um “comentário” crítico sobre ele, pois como muito bem assinalou Rosemary Arrojo:

... qualquer texto se realiza apenas através de uma leitura, que necessariamente o coloca diante de um Outro, dotado de um inconsciente e localizado no centro de uma perspectiva. Assim, a “obra invisível” de Menard, por ele considerada como a milagrosa “representação total” do texto de Cervantes, é, para o narrador de Borges, “diferente”, irremediavelmente “outra”, apesar de verbalmente idêntica à de Cervantes... (ARROJO, 1992, p. 435)

Nestes termos, ao contrário do que o senso comum costuma afirmar, aquilo que há de “essencial” em um texto original é exatamente aquilo que é preservado em uma tradução dita ideal. Deste modo, uma boa tradução é sempre capaz de desvelar o que poeticamente há de mais significativo no texto original. Logo, ao avaliarmos uma tradução, devemos principalmente tentar captar o grau de qualidade que ela atingiu enquanto leitura do texto original.

Não se pode esquecer que qualquer texto se revigora quando é transformado, posto em circulação através de uma nova leitura. Importa assinalar, entretanto, que esta jamais permanecerá imune à historicidade, isto é, às interferências do tempo e das circunstâncias, pois:

A leitura não se desenvolveu em uma só direção, a extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimentos dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir. Em muitos casos, em especial entre os admiradores de Richardson, Rousseau e Goethe, a leitura tornou-se mais intensiva, não menos. Mas o final do século XVIII parece representar um ponto crítico, quando se pode visualizar a emergência de uma leitura de massa que iria atingir proporções gigantescas

no século dezanove, com o desenvolvimento do papel feito à máquina, as prensas movidas a vapor, o linotipo e uma alfabetização quase universal. Todas essas mudanças abriram novas possibilidades, não diminuindo a intensidade, mas aumentando a variedade. (DARTON, 1992, p. 212).

Assim sendo, ao enxergarmos a tradução como um tipo de leitura, ou melhor, como a escritura de uma leitura do texto original, cuja historicidade deve merecer a devida atenção, estamos, na verdade, assinalando que o texto original se mantém aberto para uma infinidade de novas leituras, e, além disso, que a tradução dá ao texto original uma gama maior de realizações textuais, pois os grandes textos freqüentemente merecem sucessivas traduções, cujo envelhecimento é inexistente, do mesmo modo que inexistente é o envelhecimento de um original assinado, por exemplo, por um autor como Shakespeare, Dante, Cervantes ou Baudelaire.

Agora, usando como instrumento de análise a idéia de que uma tradução nada mais é do que a escritura de uma leitura do texto original, vemos algumas considerações do historiador Roger Chartier:

... Na verdade, o leitor é sempre visto pelo autor (ou pelo crítico) como necessariamente sujeito a um único significado, a uma interpretação correta e a uma leitura autorizada. Segundo essa concepção, compreender a leitura seria, sobretudo, identificar as combinações discursivas que a constroem, impondo-lhe uma significação intrínseca e independente de qualquer decifração. Contudo, ao postularmos desse modo a absoluta eficácia do texto em ditar tiranicamente o significado da obra ao leitor, não estaremos, na verdade, negando toda a autonomia do ato de ler? Este último é virtualmente absorvido e avaliado, tanto nas convenções explícitas quanto nos mecanismos implícitos que têm por finalidade regulamentá-lo ou controlá-lo. Assim, vê-se a leitura como algo inscrito, no texto, como um efeito automaticamente produzido pela própria estratégia da escrita específica da obra ou de seu gênero.

Não obstante, a experiência mostra que ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual. Seja lá o que for, ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros. Ler é uma resposta, um trabalho, ou, como diz Michel de Certeau, um ato de "caçar em propriedade alheia." (CHARTIER, 1992, p. 213-214).

Vê-se, portanto, que na leitura de um determinado texto ou na sua tradução de uma língua para outra, tanto o leitor comum quanto o leitor-tradutor realizam, em certa medida, um ato de criação, o qual, aliás, muitas vezes é involuntário e sempre singular. Por isso, a tradução de um texto original pode ser entendida como apenas uma das várias interpretações possíveis desse original. Contudo, é importante frisar que qualquer interpretação de um texto termina sempre na interpretação do eu. Portanto, o simples ato de ler ou ainda o ato de ler por meio da tradução, será sempre um ato de apropriação do texto, tanto por concretizar o potencial semântico do mesmo, quanto por criar uma certa mediação para o conhecimento do eu através da compreensão do texto.

Em nossas considerações finais não poderíamos deixar de destacar que o entendimento por parte de nossos tradutores e teóricos de que a tradução não é outra coisa senão uma leitura do texto original pode, indubitavelmente, significar um primeiro passo para uma reelaboração dos conceitos de Autor, Tradutor, Tradução e Texto Original. Ou dito de outro modo, tal entendimento pode até mesmo contribuir para uma possível alteração do estatuto do tradutor, pode fazer com que ele não mais aceite ser tratado pela crítica e pela história literária como alguém inferior ao autor.

Com efeito, o que atualmente ainda predomina é uma tradição crítica e historiográfica que insiste em sublinhar a oposição entre autor e tradutor e também entre texto original e tradução. Enquanto o autor-pai continua sendo reverenciado, o tradutor ainda é visto como alguém que desempenha um papel social secundário. Exemplar, nesse sentido, é a marginalidade que ainda impomos à tradução e ao tradutor, pois freqüentemente a capa de um livro ostenta o nome do autor e da editora, mas para que se saiba o mísero nome do tradutor, muitas vezes é preciso procurar na página do título interior.

A tradução, concebida como uma forma de leitura, tem fundamental importância para o texto original, pois possibilita a sua transformação e, por conseguinte, a sua existência. Ora, definitivamente é preciso que se entenda que todo texto para se manter vivo precisa ser posto em circulação através de uma leitura ou de uma tradução. Quando isso acontecer, o ato de traduzir deixará de ser visto como uma atividade "menor", secundária, e se assumirá, talvez, como uma prática finalmente capaz de se libertar do seu velho complexo de inferioridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de Tradução*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. "Tradução". *Palavras da Crítica*. José Luis Jobim (org.). Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- BARROSO, Ivo. "O Corvo e suas traduções". *Revista Poesia Sempre*, 1998.
- BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. (Le Bruissement de la langue). Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988 (orig. de 1984).
- BENJAMIN, Walter. "A Tarefa do Tradutor". *Cadernos de Mestrado/Literatura N° 1*. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.
- BERNARDO, Gustavo [Org.]. *As Margens da tradução*. Rio de Janeiro: Cactés, 2002.
- BORGES, Jorge Luis. "Las versiones homéricas". *Obras completas*. Buenos Aires: Emecê, 1974.
- CAMPOS, Haroldo de. "Da Tradução como Criação e como Crítica". *Metalinguagem*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CHARTIER, Roger. "Textos, impressão, leituras". *A nova História Cultural*. Lynn Hunt (org.). Trad. Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DARTON, Robert. "História da Leitura". *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. Peter Burke (org.). Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- DE MAN, Paul. *Resistência à Teoria*. Trad. Teresa L. Péres. Lisboa: Edições 70, 1989.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DUSILEK, Darcì. *A arte da investigação criadora. Introdução à Metodologia de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1986.
- LARANJEIRA, Mário. *Poética da Tradução: do Sentido à Significância*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1993.
- MOUNIN, George. *Os Problemas Teóricos da Tradução*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
- NIETZSCHE, Friedrich. "Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral". *Coleção Os Pensadores*. Trad. R. R. Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

- PAES, Jose Paulo. "Sobre a Tradução de Poesia: Alguns Lugares-Comuns e Outros, nem tanto". *Tradução: a Ponte Necessária*. São Paulo: Ática, 1990.
- PAZ, Octavio. *Traducción: literatura y literalidad*. Barcelona: Busquets. Editor, 1971.
- RODRIGUES MONEGAL, Emir. "O leitor como escritor". *Borges: uma poética da leitura*. Trad. Irleamar Chiampi. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- RÓNAI, Paulo. *A Tradução Viva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- STEINER, George. *Despues de Babel: aspectos del lenguaje y la traducción*. Trad. Adolfo Castañon. México: F. de Cultura Económica, 1980.
- WANDERLEY, Jorge. *A tradução do poema*. Dissertação de Mestrado. PUC, Rio de Janeiro, 1983.
- _____. *A tradução do poema entre os poetas do Modernismo: Bandeira, Guilherme de Almeida, Abgar Renaut*. Tese de doutorado. PUC, Rio de Janeiro, 1988.